

**COMISSÃO DE ABASTECIMENTO, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E AGRICULTURA**

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2007.

Presidência do Sr. Vereador Jerominho, Presidente da Comissão.

Às dez horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Teotônio Villela, tem início a Audiência Pública da Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura, sob a Presidência do Sr. Vereador Jerominho, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (JEROMINHO) – Senhoras e senhores, bom dia.

Dou por aberta a Audiência Pública da Comissão Permanente de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura com base no que preceitua o art. 4º da Resolução nº 1.052 de 2006, de autoria da Mesa Diretora, Comissão Especial e Comissão de Justiça e Redação, que “estabelece procedimentos especiais, prazos e prerrogativas em relação à tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 25 de 2001 (Mensagem nº 81) e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a política urbana do município, instituindo o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro”.

O art. 4º da Resolução nº 1.052 de 2006 determina que, a partir do dia 1º de janeiro de 2007 e até o dia 30 de abril de 2007, as Comissões Permanentes realizarão, obrigatoriamente, pelo menos uma Audiência Pública sobre os temas que lhes são pertinentes no Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro.

A Comissão Permanente de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura é constituída pelo Sr. Vereador Jerominho, Presidente; Sr. Vereador Nadinho de Rio das Pedras, Vice-Presidente; Sr. Vereador Átila Nunes Neto, Vogal.

Nas últimas reuniões que tivemos pelo Plano Diretor, houve uma série de apupos, vaias, porque a população queria participação, e foi colocado para toda a população que haveria reuniões das Comissões na Câmara. E foi colocado para todos que estaria aberto o momento de definir. A nossa Comissão é a Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura. E vejam, senhores, o interesse da população por essa grande necessidade e urgência de se ter um Plano Diretor na cidade, que melhore a qualidade de vida de toda a população. Há quase ninguém em Plenário, mas estamos abrindo a Sessão.

Gostaríamos de ouvir os reclames de toda a população, principalmente no que concerne à nossa Comissão Permanente de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura. Mas não vejo, aqui, interesse. Os senhores podem também notar isso. Poucas pessoas presentes aqui. Temos aqui a presença minha, Vereador Jerominho, que compõe a Mesa como Presidente, o Vereador Nadinho de Rio das Pedras, Vice-Presidente da Comissão, do Vereador Átila Nunes Neto e do Vereador Prof. Célio Lupparelli. Gostaria de falar que, hoje, seriam tratados aqui assuntos importantíssimos para toda a cidade. Temos visto uma série de situações que deixam a população apreensiva. Teremos 10 anos à frente. Temos de criar projetos de interesse de toda a comunidade.

Estava conversando com o Vereador Nadinho de Rio das Pedras, falando a respeito de toda essa situação que vem ocorrendo na Cidade do Rio de Janeiro, com os bares, restaurantes e lanchonetes que vêm tomando o espaço público de toda a população. Levei o Vereador Nadinho de Rio das Pedras a um restaurante para ele ver o que tem ocorrido em nossa cidade. Existe um restaurante, aqui próximo, em que, dentro do restaurante, tem a placa da rua, as pedrinhas portuguesas, que são de toda a população. O restaurante fechou orelhões, que são de toda a população, dentro do banheiro do restaurante. Estou colocando isso, para que os senhores vejam a gravidade e extensão de toda a situação. A população nem percebe, muitas vezes, que estão sendo invadidos os espaços que são da população. Imaginem os senhores um restaurante com os orelhões dentro do banheiro, para que as pessoas que estejam dentro desse restaurante sejam atendidas por esses orelhões, e com a placa com o nome da rua e todo fechado. Existe uma série de situações que temos de modificar. Vejam o Amarelinho, aqui do lado. É um restaurante tradicional. Gostamos muito do Amarelinho, mas a calçada, que é da população – basta olharmos aqui pela janela –, está fechada. As cadeiras tomam todo o espaço da população. Em toda a Cidade do Rio de Janeiro os espaços estão ocupados de forma ilegal e irregular pelo comércio. Existem outros fatores, como o de abastecimento da cidade. Gostaria até de convocar os Srs. Vereadores para que se possa fazer uma avaliação no local sobre o abastecimento da alimentação da população. A gente chega em locais onde se tem ratos, baratas. Os restaurantes e bares estão tomados por esses bichos, que podem ocasionar uma série de doenças. Os supermercados, também. Com os produtos que chegam e com a umidade, são criados focos de doenças. E o produto é vendido assim mesmo para a população. Temos de nos preocupar com isso, temos de ouvir a todos aqui também, para que possamos trazer à luz outros fatos e criar um grande trabalho. É importante a participação de todos, mas vemos isso aqui vazio.

Quero participar a presença de Letícia Azan, Assessora do Vereador Rubens Andrade, que vai falar a qualquer momento; da Sra. Helena Lustosa, Assessora do Deputado Federal Edson Santos; da Sra. Helena Junqueira, do Instituto Qualivida e Assessora do Vereador Prof. Célio Lupparelli; do Sr. Fábio Guimarães, da Prefeitura do Rio de Janeiro; da Sra. Patrícia Carvalho, do Gabinete da Vereadora Andrea Gouvêa Vieira.

Primeiramente, vamos passar a palavra ao nosso Vereador Átila Nunes Neto.

O SR. VEREADOR ÁTILA NUNES NETO – Obrigado pela presença aos que vieram e aos Vereadores, Deputados e autoridades que mandaram representantes a esta Audiência Pública. Queria aproveitar esta oportunidade para marcar a importância destas Audiências perante nossa população.

O Plano Diretor, que está para ser aprovado este ano, vai ser um marco regulatório da Cidade do Rio de Janeiro. É uma revisão que já deveria ter sido feita há cinco anos e que só agora será implementada. Ou seja, o Plano Diretor, que era para ser realizado a cada 10 anos, dessa vez será realizado com um intervalo de 15 anos.

E 15 anos é um intervalo grande o suficiente para que a cidade mude de cara, para que as necessidades da cidade se transformem ao longo do tempo. Então, esse Plano Diretor é fundamental para que a gente faça uma reavaliação dos rumos da cidade. Há 15 anos previa-se algumas expansões, como a expansão em direção à Zona Oeste, Barra da Tijuca, Jacarepaguá, Santa Cruz. Até aconteceram, mas não exatamente da forma prevista. Há 15 anos alguns bairros estavam em momentos imobiliários bons, mas agora não estão em momentos imobiliários tão bons. E vice-versa. Alguns bairros estavam decadentes, do ponto de vista econômico-imobiliário. Agora, estão sendo retomados. A situação imobiliária do Rio de Janeiro mudou ao longo dos anos. Isso leva a população a uma demanda maior de ocupação em diferentes áreas.

Por exemplo, com relação ao comércio e indústria aconteceu a mesma coisa. Áreas que eram fundamentais para atividades industriais há 10, 15 anos, hoje não são mais. Por isso, a gente encontra muitas vezes galpões abandonados, sem utilidade social, sem utilização econômica, que deveriam ser modificados em seus fins, em seus objetivos.

Esse Plano Diretor tem como um dos objetivos estabelecer justamente essas novas diretrizes para a ocupação da cidade. Algumas atividades econômicas, na Cidade do Rio de Janeiro, eram importantes há 15 anos, outras nem existiam. Por exemplo, a indústria da informática, da tecnologia, da *internet*. Não havia essa demanda, essa importância na economia brasileira e carioca há 15 anos. Hoje, já tem.

O conceito de recuperação na área de restaurantes, bares, alguns conceitos já são ultrapassados. Hoje, há botecos de luxo, como se diz, que viraram franquias. Há 15 anos, muitas vezes ficavam restritos a um determinado ponto, ficando ali, durante anos e anos em mãos, muitas vezes, de seus próprios herdeiros. E aquilo ali era tocado de forma familiar. Hoje, muitos desses botequins são verdadeiras franquias, são empresas, são indústrias que produzem empregos, geram oportunidades, são pontos de referência para turistas e cariocas.

Enfim, tivemos uma mudança muito grande ao longo desses 15 anos. E a gente deve aproveitar esse Plano Diretor justamente para rever essa dinâmica econômica, industrial, agropecuária da Cidade do Rio de Janeiro. A cidade mudou, e as necessidades da cidade mudaram. Então, a gente tem que buscar soluções, inclusive soluções como essa que o Presidente falou com relação à tomada das calçadas ou do espaço público por restaurantes, bares. Traz alguns transtornos? É verdade. Mas tem um lado positivo esse movimento de expansão dos bares. Algumas calçadas, por exemplo, alguns espaços públicos acabaram sendo recuperados pela dinâmica econômica. Então, a gente tem de aproveitar essa oportunidade, essa situação talvez ímpar, que é o Plano Diretor, a aprovação do Plano Diretor, e justamente rever.

Descobri, por exemplo, que áreas que eram industriais devem ser transformadas em residenciais ou comerciais, e áreas que eram puramente residenciais há 15 anos podem ter algum tipo de atividade comercial hoje em dia. Muito mais, porque a própria população que ali se estabeleceu acaba demandando esse tipo de serviço.

Então, eu queria aproveitar para pedir aos meus colegas de Mesa e de Comissão que a gente possa aproveitar isso e fazer essa avaliação, indicar, tentar prever – se a gente tivesse o domínio do que virá, seria maravilhoso –, e alguma

forma fazer um exercício de previsão, imaginando para onde a cidade deve correr, e conseqüentemente o seu comércio, a sua indústria, a sua agropecuária, enfim, todos aqueles equipamentos, públicos ou não, que vão apoiar a expansão da população, a vida na cidade, o conseqüente transporte para essas áreas. Enfim, a gente está diante dessa possibilidade. Vamos estudar as condições de estimular o aparecimento de núcleos industriais, comerciais, tecnológicos na nossa cidade. Enfim, vamos aproveitar essa oportunidade para transformar, ou melhor, resgatar a importância do Rio de Janeiro dentro da economia nacional.

É só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JEROMINHO) – Muito obrigado, Vereador Átila Nunes Neto.

Gostaríamos de passar a palavra para o Vereador Prof. Célio Lupparelli.

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI – Senhor Presidente, Vereador Nadinho de Rio das Pedras, Vereador Átila Nunes Neto, senhoras e senhores: nós estávamos, enquanto ouvíamos as palavras do companheiro Vereador Átila Nunes Neto, registrando algumas coisas que gostaríamos de deixar para mais adiante. Mas, se o Presidente achou por bem me passar a palavra vamos aproveitar o momento.

Nós temos participado de todas essas Audiências Públicas. Uma delas – a única, curiosamente, que não foi da iniciativa do comando, da equipe que está dirigindo os trabalhos do Plano Diretor – foi aquela promovida em relação à redução da maioria penal e nós vimos aqui uma platéia enorme. Vimos aqui a grande mídia – e ainda ontem falava isso –, vimos aqui um grande número de Vereadores e até de Deputados Federais e Estaduais, usando da palavra com veemência. Vimos aqui o pessoal de entidades que não são do governo, OAB e outras Instituições, e tivemos discursos inflamados, discursos que geravam polêmica, e o tema era redução da maioria penal. Eu acho que a nossa Audiência em relação ao meio ambiente foi boa, mas um fato me tornou pasmo, chocado, decepcionado... Eu saí daqui ontem, fui a uma reunião na Associação Comercial e Industrial de Jacarepaguá e citei o fato que me entristeceu muito aqui. Ontem, na discussão da educação nós tínhamos apenas, se eu não estou enganado, umas 10 pessoas, cinco Vereadores, 10 pessoas no Plenário.

É claro que a gente sai daqui frustrado, porque no meu caso, especialmente, eu fui diretor de Escola Pública Municipal durante 28 anos e até hoje leciono no ensino particular, duas pontas para manter o meu contato, às segundas e sextas, de 7 às 9 horas num colégio no Valqueire, Colégio Pentágono. Eu vim todo pronto, entusiasmado para um grande Debate sobre educação, porque na ótica de todos não há um cidadão lúcido no mundo que não ache que a educação é tudo. É a partir da educação que tudo irradia, nós sabemos. Como é que, numa Audiência Pública sobre o Plano Diretor, nós não temos uma entidade, nem da Prefeitura? Nós fizemos a autocrítica, porque eu participo do grupo que apóia o Prefeito, todos sabem, sou do Partido, sou amigo pessoal do Prefeito, mas não estavam presentes.

Não importa, porque o que mais me espantou foi não termos aqui entidades até mesmo do ensino particular para discutir isso, discutir a questão de educação, porque educação não é questão do Prefeito nem da Prof. Sônia

Mograbi, é questão nossa. E o Plano Diretor também não é para o nosso Prefeito, que vai ficar mais um ano e meio, ou dois anos, é para a cidade durante 10, 15 anos. Então, eu fiquei entristecido como estou agora, e por isto estou fazendo esta introdução. Se há um outro tema significativo, é esse.

Eu vou passar a ler o que pouco rascunhei aqui rapidamente, mas todo mundo sabe que, no sistema capitalista, o homem que não tem emprego não tem dignidade. Como um cidadão, um chefe de família vai chegar à sua casa, vai conviver com filhos, esposa, uma família, se ele não está empregado nesse sistema capitalista? A gente conhece muita gente assim. Para que nós tenhamos o emprego, o trabalho, a renda, há necessidade de desenvolvimento econômico. Nós sabemos também que emprego, trabalho podem vir de concursos públicos, mas a máquina pública não pode sustentar uma população como a nossa. Então, você tem que estimular a iniciativa privada. Aí, nós teríamos que ter aqui gente do Governo Federal, gente do Governo Estadual, gente do Governo Municipal, gente do Poder Legislativo Federal, Estadual e Municipal, todo mundo, as entidades todas aqui. Eu não sei se estou cometendo falhas se existem, mas ainda que existissem e respeitando quem está presente, como eu disse ontem, nós somos poucos, mas somos lutadores. Quem está aqui é porque tem objetivo de lutar pela nossa causa.

Então, é preciso ter uma conscientização e eu não sei se o caminho e é colocar na grande mídia. Ontem eu comecei a peregrinar por onde eu trabalho por onde eu atuo mais: Jacarepaguá, Ricardo de Albuquerque, Anchieta, Marechal Hermes e vou começar a fomentar para que venham pessoas para cá.

Eu adoro Ipanema, Leblon, mas não podemos transformar esse Fórum numa discussão dos problemas da Apac, que são justos, corretos, indiscutíveis. Eu vi aqui exposições maravilhosas de pessoas dessas regiões, estou plenamente sensível a essas discussões, mas não podemos transformar isso aqui num assunto apenas dessas áreas, como todo apreço que tenho, porque tudo é Cidade do Rio de Janeiro. Então, temos que fomentar para que aquela gente venha para cá.

Estou muito indignado, sinceramente, com o número de pessoas, com número de Vereadores, pois temos que olhar para o nosso umbigo, sim! Estou vendo apenas quatro e somos mais de 50. Como vamos criticar a sociedade, se nós não estamos participando? Isso não é faltar com a ética? Estamos aqui em público; todo mundo está vendo.

Então, Sr. Presidente, diante dessa indignação, eu gostaria de, até em respeito ao público, à Mesa, até mesmo aos que estão ausentes, e à nossa equipe técnica, que estuda isso conosco, ler um trecho para V. Exa.:

Senhor Presidente,

Falarmos sobre desenvolvimento econômico, significa falarmos de geração de emprego e renda. Todos sabemos que a questão do emprego, hoje, no Brasil, é uma das nevrálgicas, pois a dignidade humana, no sistema capitalista, depende de a pessoa ter um emprego. Como pode um chefe de família não ter um emprego? Como pode um jovem que termina o Ensino Médio não ter um emprego? E como recebemos – e todos os Vereadores certamente –, a toda hora, currículos, pedindo emprego, emprego, emprego! Não temos como resolver essa

demanda. Pior ainda – e mais frustrante –, como pode uma pessoa que termina o Ensino Universitário e às vezes uma pós-graduação, não ter emprego?

Senhores, eu posso subir ou pedir a um assessor para descer. Tenho, na minha gaveta – estou tentando contatos – uma pessoa que, por acaso, foi até minha aluna no Ensino Médio, formada pela Universidade Rural em Engenharia Agrônômica, tendo pós-graduação e não tem emprego, que país é esse? Isso é uma coisa para pensar. A mídia está presente quando quer redução da criminalidade penal. Tudo bem, vamos discutir, embora eu seja contra, já me manifestei em todos os pontos: o Brasil, neste momento, não pode fazer analogia. Mas e a geração de emprego, e a Educação e a Cultura?

Repito: todo mundo tem direito a emprego, mas os senhores imaginem a situação desse país, onde uma pessoa com pós-graduação, jovem, talentosa, com plena vontade para ingressar no mercado de trabalho não tem emprego.

A geração de empregos está relacionada ao desenvolvimento econômico, razão pela qual devemos estimular a iniciativa privada a poder investir nesse processo. Já dissemos que o Poder Público não pode arcar com isso sozinho. É responsabilidade nossa, aqui na Câmara, criar condições para que a Prefeitura possa ajudar aos empresários. E o Plano Diretor se presta muito bem a isto. A Prefeitura do Rio tem que fazer justiça, tem até feito muito nesse sentido, mas é necessário acelerarmos e ampliarmos o campo de ação.

Saindo do ponto de vista filosófico e entrando no ponto de vista técnico, eu queria rapidamente resumir o que a nossa equipe técnica apurou:

Do Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e da Inovação.

Dos Objetivos.

Nós queremos propor questionamentos ao Substitutivo nº 3 que são os seguintes:

(LENDO)

a) Incluir no Art. 188 a implementação de programas de formação e qualificação para as áreas tecnológicas voltadas à indústria químico-farmacêutica.

b) Incluir no Art. 188, onde couber, o incentivo aos pólos de desenvolvimento econômico nos bairros cariocas com vocação industrial.

c) Incluir no Art. 188, onde couber, o incentivo aos pólos comerciais localizados em centros de bairro.

Das Diretrizes

d) Incluir no Art. 189 os estudos de ampliação dos atuais distritos comerciais e industriais, compatibilizando os mesmos ao meio ambiente, à habitação, ao transporte e ao saneamento.

e) Incluir no Art. 189 o incentivo ao desenvolvimento econômico associado a medidas e ações de cunho social, tais como apoios a cooperativas de produção e as iniciativas populares que potencializem as vocações locais.

f) Incluir no Art. 190 a implantação de projetos urbanísticos, tais como o Rio Cidade, para estimular o desenvolvimento do comércio local.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Eu gostaria, para encerrar, de registrar uma observação geral, que seria priorizar a conclusão do Rio Cidade Freguesia, em Jacarepaguá, e a implantação do Projeto de Estruturação Urbana da Praça Seca, em Jacarepaguá. E mais, a implantação do Rio Cidade em Tanque e o Rio Cidade Ricardo de Albuquerque.

Não sei se os senhores conhecem. Ricardo de Albuquerque e Anchieta são duas áreas pelas quais lutamos, como também Jacarepaguá que é onde moramos e administramos, mas também pelos interesses de toda a cidade que merece todo o nosso carinho e atenção. Mas Ricardo de Albuquerque e Anchieta, que ficam no limite de outros municípios, precisam de uma atenção toda especial nossa. E queremos contemplar, nesse Plano Diretor, ações que viabilizem o desenvolvimento econômico daquele bairro.

Muito obrigado a todos pela atenção.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JEROMINHO) – Queremos registrar a presença da Vereadora Silvia Pontes, que vai falar daqui a pouco.

Nós queremos dar oportunidade a um gancho do nobre Vereador Átila Nunes, que pediu a palavra.

O SR. VEREADOR ÁTILA NUNES NETO – Eu queria apenas acrescentar um gancho ao Lupparelli. Talvez pudéssemos, até o dia 30 de abril – quando se encerra o período das Audiências Públicas – fazer algumas Audiências em locais onde a economia e os trabalhadores se façam representar.

Talvez, Lupparelli, não acredito que haja tempo, por exemplo, de levarmos uma Audiência para cada associação de bairro da Cidade do Rio de Janeiro. Isso seria inviável por causa de tempo! Mas, de repente, poderíamos concentrar umas duas ou três Audiências na Associação Comercial do Rio de Janeiro, que é representativa do setor; talvez, alguma coisa na área da indústria, na área de abastecimento e agricultura e alguma coisa relacionada aos sindicatos, principalmente da área comercial.

Aproveitaríamos esse espaço das Audiências e levaríamos até as pessoas que poderiam sugerir, e que não estão fazendo, talvez, por desconhecimento ou por não terem consciência da importância desse Plano Diretor e das suas sugestões para ele. Sugestões, como por exemplo essas que você acabou de elencar, que são fundamentais para nortear o trabalho da Comissão.

Então, eu queria sugerir, Sr. Presidente, que tomássemos a atitude de fazer Audiências Públicas nesses lugares. Eu vou tentar identificar algumas oportunidades, para sugerir à Comissão, se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (JEROMINHO) – Está acolhida essa idéia. Nós podemos depois nos reunir, para decidir sobre fazer essas Audiências nos locais em que você definir, ou qualquer Vereadora aqui da Mesa definir. Podemos fazer várias Audiências.

Quero registrar a presença do Vereador Guaraná e passar a palavra para a Vereadora Silvia Pontes.

A SRA. VEREADORA SILVIA PONTES – Bom dia a todos. Bom dia ao nosso nobre Presidente Jerominho; ao nobre Vice-Presidente Nadinho e ao vogal Átila Nunes Neto.

Eu queria fazer algumas considerações e vou fazer uma leitura, porque às vezes eu me alongo e passaria o meu tempo.

Eu acho que são de suma importância alguns assuntos que eu vou abordar, Sr. Presidente, e gostaria que vocês colocassem na Comissão, para uma discussão.

(LENDO)

A subseção 1: Dos Objetivos que estão no Plano Diretor proposto trata de melhorias para distribuição de renda em nosso Município, através da integração do desenvolvimento econômico com habitação, transporte, saneamento básico e equipamentos urbanos.

A minha sugestão é incluir temas específicos voltados ao potencial da indústria, comércio e agricultura. Cabe, portanto, ampliar este debate...

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Acredito na opinião do Vereador Átila Neto, eu estou de pleno acordo.

(LENDO)

...para uma reunião da Comissão Especial do Plano Diretor com os demais Vereadores, e mais importante, ainda, com as principais entidades, como Fecomércio, Associação Comercial, Firjan, entre outras, para incluir importantes dispositivos legislativos à Política Urbana que se deseja implantar no Rio de Janeiro, propiciando, então, a inclusão de novos mecanismos de desenvolvimento.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Gostaria de enfatizar, vou dar como exemplo para tornar fácil para vocês entenderem, com relação à Saara. A Saara, todos nós conhecemos e já identificamos como uma área específica de comércio. Outro dia numa Audiência Pública com o Secretário de Obras Eider Dantas, eu lhe trouxe uma solicitação do Presidente da Saara, Sr. Ênio Bittencourt, que era a melhoria da iluminação. E, na verdade, deveríamos fazer dentro do Plano Diretor, um zoneamento específico, não só da Saara, mas de outras áreas que possam ser identificadas. Então, com isso, vai-se dar um tratamento específico de iluminação, com guardas municipais, de se repensar os tributos que eles pagam com desconto, estimulando assim essa área comercial como indústria e outros que se identifiquem.

Com relação à Subseção 2, Das Diretrizes, eu entendo que essa Subseção aborda a importância da sustentabilidade econômica e ambiental no Município do Rio de Janeiro.

(LENDO)

A minha sugestão é a de que se faça a criação, através de Lei Municipal de um Conselho de Desenvolvimento Econômico, incluindo órgãos municipais e entidades como Fecomércio, Firjan, Associação Comercial e entidades empresariais, para elaboração da Políticas Públicas desenvolvimentistas com equilíbrio ambiental.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Isso daí me lembra, dando um exemplo prático, de se criar áreas específicas para se fazer uma feira. Nesse fim de semana, por exemplo, o Prefeito vetou uma feira de bebê: “Expo Bebê”.

Eu sou totalmente favorável ao que o Prefeito fez, porque, na verdade, estes expositores não são do Rio de Janeiro. Então, contraria a vontade política e todo um setor econômico do nosso Município.

Uma coisa que eu tenho percebido, eu passo ali pela Voluntários da Pátria, e aí vai um questionamento, que não é da minha área.

Eu passo ali, tem uma área específica, todos os dias, há bastante tempo, “Feira de Itaipava”. Eu acho que a Feira de Itaipava pode estar, sim, na Cidade do Rio de Janeiro, mas num evento que aconteça. Aí, vem a Feira de Itaipava, vem a Feira de Friburgo, vem de onde quiser! Mas, na cidade, não se deveria abrir espaços para feiras que não fossem do Rio de Janeiro; que seja a Feira de Campo Grande, de Irajá, de onde for, mas se for uma área determinada, que seja, realmente, para expositores da Cidade do Rio de Janeiro.

Para finalizar, nós temos a Feira da General Osório que é uma feira antiga de artesãos. Só que ali no meio dos artesãos, nós temos pessoas que vendem materiais que você compra na loja. Então, eu acho que deveria um rigor maior nisso. Vamos ocupar os espaços públicos, sim, para fazer comércio, sim, mas com artesãos, e da nossa cidade; se for de fora, a gente vai deixar numa Feira da Providência, num evento maior.

Então eu gostaria de deixar isso aí registrado, para que vocês repensem. Estou à disposição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (JEROMINHO) – Obrigado.

Com a palavra, o Vereador Guaraná.

O SR. VEREADOR GUARANÁ – Senhor Presidente desta Audiência, nobre Vereador Jerominho, demais Vereadores componentes da Mesa, senhoras e senhores, em primeiro lugar gostaria de justificar a ausência do Presidente da Comissão Especial do Plano Diretor, Vereador Jairinho, que me pediu para representá-lo como o Vice-Presidente da Comissão Especial. Por acontecimentos imprevistos, ele teve de se ausentar, e me pediu para justificar sua ausência.

Em segundo lugar, gostaria de parabenizar a Comissão presidida pelo Vereador Jerominho pela realização desta Audiência Pública. Sabemos que é um momento importante, mas não inibe a Comissão de receber sugestões de

modificações na proposta do Plano Diretor enviado à Câmara Municipal pelo Poder Executivo, para que a Comissão encaminhe à Comissão Especial. E, assim, podemos dar o parecer, mas que o Plenário desta Casa, os representantes da população carioca votem para que as sugestões de modificações possam ser incorporadas à proposta do Plano Diretor, que está em tramitação nesta Casa.

Então, em todas as Audiências Públicas, eu faço questão de ressaltar a importância da participação das pessoas, a importância da participação de entidades para que se possa ter, efetivamente, um Plano Diretor que seja plural, que seja representativo daquilo que pensa a população carioca. Só dessa forma vamos conseguir, de fato, aplicar as Leis. Aqui no Brasil, as Leis são, muitas vezes, muito discutidas em gabinetes, em salas fechadas, e acaba que elas não têm, na prática, o valor que deveriam ter. Por isso precisamos contar com a participação das pessoas.

A Câmara de Vereadores está realizando diversas Audiências Públicas, cada uma das Comissões Permanentes está realizando uma. A Comissão Especial vai realizar essas Audiências, como o Vereador Jerominho bem citou aqui, nos locais – em cada um dos locais, para ficar mais fácil para a população participar. Mas isso não impede a participação por *e-mail*, por ligações, por conversas com qualquer um dos Vereadores, quer dizer, qualquer forma de contato será benéfica e será aproveitada.

E a decisão final nesse processo, sobre cada uma das modificações, será dada pelo Plenário da Casa de Leis – quer dizer, não tem muito jeito, é assim na democracia representativa que temos. Então, de forma alguma a Câmara Municipal estaria tentando inibir qualquer participação, pelo contrário, todas as formas que temos para chamar a população para participar são fundamentais.

Gostaria de lembrar que temos um Plano Diretor, hoje em vigor, de 1992 – um Plano Diretor Decenal, ou seja, deveria durar dez anos. Mas estamos em 2007 e continuamos com o Plano Diretor de 1992. Quando se conversa com as pessoas, é quase unanimidade dizerem que o Plano Diretor de 1992 é um Plano muito bom. Eu sempre faço um questionamento, apesar de achar que temos um Plano bom: de 1992 para cá a cidade viu agravados muitos de seus problemas, principalmente a questão da favelização. A favelização é a base de diversos outros problemas, porque na favela está ausente o Estado já na sua concepção, no seu início. E a ausência do Estado traz diversos outros problemas para a sociedade, principalmente para quem mora nesses locais, porque ali se constitui um Estado paralelo, e esse Estado paralelo, talvez, seja o representativo da ausência da democracia, pois vale a lei do mais forte. Então, quando se começa a pensar em fazer um Plano Diretor, precisa-se pensar em inclusão, é preciso pensar em como fazer para que toda a sociedade possa ter na sua moradia, no seu local de trabalho a presença do Estado, possa ter a cidade formal, e como se poderá incluir essas pessoas todas lá dentro – isso é fundamental. Não adianta achar que as pessoas mais pobres vão morar em conjuntos residenciais construídos pelo Governo, porque os Governos têm perdido cada vez a capacidade de investir. Se pegarmos o que foi feito nos últimos 20, 30 anos em termos de investimentos, moradia popular para a população mais pobre, é quase nada. Então, tem-se de trazer a iniciativa privada, sim, para esse setor; tem-se de reverter essa tendência, já que, hoje, a iniciativa privada cada vez mais constrói só para as classes mais abastadas, porque é lá que está o lucro. A Construção

Civil, hoje, não constrói para as classes menos abastadas porque sai mais caro: as exigências da legislação quando se vai construir um apartamentinho de 30, 40m², situado em um bairro onde o poder aquisitivo é baixo, são exigências muito maiores, proporcionalmente, do que as de um apartamentão de cobertura, na Avenida Sernambetiba. Ali não se precisa fazer asfalto nenhum, porque o Poder Público já fez; não se precisa fazer rede de abastecimento de água, porque o Poder Público já fez; ali se contribui com a Escola Municipal que a legislação exige, com o mesmo valor. Portanto, percentualmente se torna um valor muito menor do que o de um apartamentinho pequeno, em uma região onde o preço do metro quadrado é mais barato. A rede de abastecimento de água não existe, e tem de ser custeada pelo empreendimento, logicamente tem de ser custeada por quem vai comprar o apartamento. A infra-estrutura, asfalto, drenagem da rua, doação de área, tudo isso tem de ser custeado pelo empreendimento, e acaba que se torna inviável fazer um empreendimento numa área mais pobre. Mas é a população menos abastada desta cidade a que efetivamente cresce, porque, hoje, a Cidade do Rio de Janeiro, em população, não tem crescido muito – mas as classes mais altas estão diminuindo, enquanto as classes mais pobres estão aumentando.

E, quando a população aumenta, precisa-se de residência para as pessoas, precisa-se de produção de habitação, e não estamos produzindo - é por isso que as favelas crescem, por isso os loteamentos irregulares crescem. Não é só a falta de fiscalização, não é só a falta de crescimento, mas é, também, a burocracia, que torna muito mais caro. Quando eu falo burocracia, é burocracia legal, a que está estabelecida na Legislação. Então, se hoje estamos fazendo a Lei Maior das Diretrizes do Crescimento da Cidade, temos uma oportunidade de ouro de reverter isso, de ver onde se errou nesse Plano, de 1992, que é um Plano muito bom. Temos de ver onde erramos ou, eventualmente, onde deixamos de acertar para, daqui por diante, reverter a tendência de a construção civil formal só construir para as pessoas mais ricas, ficando as pessoas mais pobres abandonadas, porque não há governo que invista nesse setor, e a iniciativa privada não está investindo ali, pelo excesso de exigências da Legislação. Então, temos esta oportunidade de ouro para reverter essa tendência, aproveitando experiências de diversos outros lugares, aproveitando a intelectualidade, que aqui no Rio de Janeiro se faz muito presentes e muito forte, aproveitando a participação popular, aproveitando a experiência das pessoas que sofrem no dia-a-dia porque moram nesses lugares onde o Estado é ausente. Temos de aproveitar tudo isso para tentar fazer um Plano Diretor que seja considerado muito bom, mas para o qual, daqui a 10 anos, possamos bater palmas, e que reverta essa tendência do Rio de Janeiro de entregar para a informalidade grande parte da nossa cidade.

Senhor Presidente, era isso que eu tinha a declarar aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JEROMINHO) - Muito obrigado, Vereador Guaraná.

Quero registrar a presença do Cláudio Barata, Presidente do Sindicato Rural do Município do Rio de Janeiro. Aproveitando a oportunidade, quero intimá-lo a trazer os projetos, as idéias, os anseios dos produtores rurais para

nossa Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura, para que possamos, no Plano Diretor, fazer um trabalho visando a esse segmento dos produtores rurais. Gostaria de conversar com o Presidente, com toda a nossa Comissão.

Vamos passar a palavra para a assessora do Vereador Rubens Andrade, Letícia Hazan.

A SRA. LETÍCIA HAZAN - Eu considero que esta Audiência Pública é uma das mais importantes para o Plano Diretor, pois através desse trabalho podemos modificar muita coisa que acontece no Rio de Janeiro. Já falei, outro dia, que sou urbanista, trabalhei muitos anos na Prefeitura, me aposentei, e trabalho com o Vereador Rubens Andrade, com muito prazer, principalmente porque ele é da Zona Oeste - eu moro na Lagoa, mas gosto da Zona Oeste.

Economicamente, uma das coisas em que temos que pensar é que o IPTU para atividades não-residenciais é muito caro. É um absurdo o que se cobra. Então, deveríamos pedir ao Prefeito para estender a cobrança do IPTU a todos, acabar com essas isenções que existem. Há isenções que são absurdas: prédios enormes em Realengo, apartamentos de 50m² são isentos. Houve, acho, algum erro aqui na Câmara de Vereadores, onde aprovaram essas isenções. Então, acho que essa questão de IPTU é fundamental. A quantidade de pessoas pobres em Guaratiba que querem pagar IPTU. São cidadãos, deles não se cobra, e eles acham que a Prefeitura não cobra para também não lhes prestar serviço nenhum. Também é preciso mudar essa mentalidade. Se pedirem à Secretaria de Fazenda que faça um levantamento do que se cobra de IPTU, verão que é a razão por que muitas pessoas não podem ter uma atividade formal.

Outra coisa é a Cedae. É um absurdo o que se cobra de água, quando a atividade é comercial. Às vezes, um alfaiate, que nem gasta tanta água, paga uma exorbitância. Então, é preciso analisar essas coisas todas para abrir um processo de chamamento das pessoas às atividades econômicas, e diminuir esse bolsão de miséria que existe por aí. Está muito difícil dar emprego, porque pagamos muitos impostos, e muitos deles indevidos.

Então, por exemplo, baixar o IPTU durante três anos. Sei lá. Ver o que acontece. Tem que acompanhar. As coisas aqui não são feitas com acompanhamento. Eu acho muito importante essa Comissão porque abrange também a parte das zonas agrícolas, que deveriam ser chamadas zonas rurais. Porque no Estatuto da Cidade está previsto no parágrafo 2º do Art. 40.

(LENDO)

“Define a abrangência territorial do Plano Diretor de forma a contemplar as zonas rurais com respaldo no texto condicional, uma vez que a política urbana, de acordo com a diretriz prevista no Art. 7º do Estatuto da Cidade, deve promover a integração e complementariedade entre atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento sócio-econômico do município e do território sob sua influência.

O município deve promover a política de desenvolvimento urbano, apresentar um Plano Diretor com normas voltadas a abranger a totalidade do seu território, compreendendo a área urbana e rural”.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

O que acontece é que a Prefeitura através da Secretaria de Urbanismo já estudou, já definiu as áreas agrícolas da cidade. Tinha até um Projeto de Lei Complementar rodando aqui, na Câmara. Ninguém sabe por quê, esse projeto foi para o espaço. Esse Plano Diretor deveria ser mais objetivo porque é uma revisão. Nós tivemos um plano fictício. Mais do que a metade daquilo que está escrito no Plano não vai ser nunca, jamais, ser aplicado. Acho que nem na Noruega, nem na Suécia existe um Plano tão inventivo como este.

Outra coisa, também, é que o Plano Diretor deve ser objetivo com mapas. Mapas definindo limites. Por exemplo, as zonas agrícolas, as zonas rurais, limites já aparecendo neste Plano Diretor para evitar o que aconteceu no passado. Nós tínhamos as zonas agrícolas, mas a Cehab quando queria construir um conjunto residencial pegava aquela área ao invés de ter apenas uma habitação, havia conjuntos e mais conjuntos.

Outra coisa, nós ainda temos várias áreas que podem ser aproveitadas como zonas agrícolas e tem que ter todo um trabalho para se desenvolver atividades agrícolas dentro de uma capital como o Rio de Janeiro.

Então, temos a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agrícola, não sei o quê, Secretaria Especial. Se vocês olharem na Internet, eles têm um programa, um Plano que foi pago para fazer um estudo de desenvolvimento. Mas fica no papel. Este Plano Diretor não pode colocar mais uma coisa que fique só no papel, como aconteceu com o outro Plano. Então, a gente pode fazer o seguinte: um fascículo só com as intenções boas que todo mundo tem direito à terra, todo mundo tem direito à habitação, todo mundo tem direito à água e esgoto, todo mundo tem direito à saúde e insere-se. E fazer um outro bem prático. Como se vai fazer isso? Como vai acontecer? As zonas agrícolas têm que ser protegidas junto com o meio ambiente e se dar uma possibilidade de flexibilidade para que a zona agrícola não seja só aquilo: plantar e etc; mas, que se tenha mercado do produtor e tudo o mais. Isso não é difícil de fazer. Mas alguém algum dia tem que fazer. Agora uma das coisas fundamentais é colocar já no Plano Diretor os mapas de delimitação das zonas agrícolas que já estão prontinhos na Prefeitura, já veio para cá e sumiu. Porque já garante em vez de esperar que venha um mapa, que venha um Projeto de Lei ainda para ser aprovado, que vai demorar mais cinco anos. Enquanto isso as zonas agrícolas vão se deteriorando.

Vocês estavam preocupados com a ausência de público. Está havendo um erro aqui na Audiência Pública, ela é para que os Vereadores ouçam a população. Eu trabalho há muitos anos com Associações de Moradores. Eu conheço gente neste Rio de Janeiro inteiro: “Ah, não vou lá, porque, quando a gente quer falar, já está na hora de acabar, e os Vereadores não estão lá para ouvir”. Vocês me desculpem, mas isso é um erro o que está acontecendo. Os Vereadores prontos estão para ouvir, e quando não tiver mais ninguém para falar, vocês podem fazer os comentários. Porque vocês vão ter de ouvir, para poder estudar e discutir os pedidos dentro do Plano Diretor. Outra coisa, além do IPTU - alguém tem de discutir essa questão do IPTU, do valor do IPTU -, outra coisa é que as zonas agrícolas são muito importantes para a Zona Oeste, principalmente, porque se diz que vai ter a indústria do aço, que vai empregar

não sei quantos mil. Pode empregar milhares de pessoas na época na execução do prédio, mas com a tecnologia avançada, nem sei como se vai aproveitar. Mas a toda a população que mora em volta, poderíamos dar possibilidade de uma mão de obra, trabalhando com agricultura, com a produção de vegetais. Aproveitar, porque essas pessoas não serão aproveitadas nessa usina. Então, temos de nos preocupar em começar a evoluir um sistema de proteção de pessoas que não têm capacidade e preparo tecnológico. Então, toda essa área agrícola pode ser muito bem-vinda, se houver um plano. Tem um plano no papel. Não sei quanto custou, nem sei o que aconteceu, também. Isso no Rio de Janeiro é o que mais se tem: tratados, planos e tal. Acho que estava na hora de chamar o Secretário Especial de Atividades Econômicas para vir aqui explicar o que a Secretaria faz, porque estamos em pleno desenvolvimento do Plano Diretor, misturam com o Estado do Rio e tal. Temos de botar coisas práticas e possíveis de acontecerem. Desculpem a minha veemência, mas estou cansada de ver Plano Diretor fictício, a metade do Plano é fictícia, não vai acontecer. E os Vereadores, como representantes do povo, são a autoridade mais próxima do povo, o povo tem acesso a vocês, você têm acesso ao povo, já sabem o que se quer, e colocar no Plano Diretor exatamente como se deve conduzir um trabalho de melhoria das condições de povo desta cidade, porque a metade do povo está quase na extrema miséria. Isso é inadmissível no Rio de Janeiro.

Então, é isso. Sou assessora do Vereador Rubens de Andrade. Ele me dá autonomia de falar aqui em Plenário. Ele não gosta de faltar, mas hoje ele tinha uma agenda a cumprir. Talvez ele chegue mais tarde. Mas também, gostaria de que a gente mudasse o sistema das Audiências Públicas, para ouvir o povo. Aí, o povo fala. Nunca se esqueçam que o Vereador é a autoridade mais próxima do povo e vocês devem ouvi-los para que todos fiquem satisfeitos e que esta cidade seja uma cidade com melhor qualidade de vida.

O SR. PRESIDENTE (JEROMINHO) - Muito obrigado, Sra. Letícia. Tenho certeza que, com a veemência que a senhora fala, irá promover com o Vereador Rubens de Andrade uma grande contribuição para o nosso Plano Diretor.

Gostaríamos de dar a palavra ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Produtores Rurais.

O SR. CLÁUDIO BARATA - Bom dia, Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar V. Exa. e demais autoridades da Mesa, às senhoras e senhores; aos produtores rurais presentes; representantes de classe.

Minha vida veio de agricultura. Antes de fazer qualquer comentário, tenho que dizer de onde vim. Vim da agricultura, sou neto de produtor rural, neto de uma pessoa que trouxe o coco verde anão para o Brasil, foi Governador do Espírito Santo, João Punaro Bley, meu avô. Minha família deu continuidade à produção agrícola, que até hoje há em meu sítio na Ilha de Guaratiba.

Estou Presidente do Sindicato há três mandatos. Acho que a agricultura é muito importante não só pela área de produção, mas para o meio ambiente. Quando se produz, se mantêm o produtor rural, os rios, a flora e a fauna daquela região.

Nossa preocupação não é com o crescimento. O crescimento é importante para a cidade, é importante para a Zona Oeste, é importante para todos nós. Mas o que queremos é que se mantenha a área verde, o produtor na região.

Como bem colocou o Vereador Guaraná, o que vem acontecendo é um crescimento desordenado, que muito nos preocupa, preocupa mais ainda quem está na região, como o Vereador Jerominho, que participou intensamente da aprovação da Lei que, através do então Vereador Ibrahim Hannas, encaminhamos a esta Casa e aprovamos, relativas as áreas A e B, uma parte grande de Vargem Grande, Jacarepaguá, Santa Cruz, Mendanha e outras áreas. Aprovamos a isenção do IPTU no Governo do Dr. Luiz Paulo Conde. Aprovamos nesta Casa em 1997, tenho a Lei.

Queremos crescimento. A gente precisa das empresas, que são importantes para nossa região. É importante darmos emprego, empregar pessoas em nossa região. Mas não podemos esquecer da área agrícola, muito importante para o meio ambiente e para a agricultura. Temos que manter esses produtores que dali dependem, ainda mais agora com o Governo Federal investindo também no sistema de economia familiar. Acho muito importante manter a área rural.

Nunca vou largar a agricultura, de onde vim, onde nasci. Estive no Tribunal Regional do Trabalho como Juiz Classista da 1ª Turma do Tribunal, indicado pela Federação de Agricultura do Estado; estive à frente da Subsecretaria de Meio Ambiente; tive uma experiência na Secretaria de Meio Ambiente do Estado, onde fiquei por dois anos. Continuo no estado, onde fui nomeado recentemente como Subsecretário Ouvidor da Secretaria de Trabalho e Renda.

Estas experiências são importantes, mas não largar a agricultura. Acho que é muito importante. É uma área em que temos que investir, de onde sai o alimento, que dá dignidade às pessoas.

Cito sempre o Vereador Jerominho porque é da nossa região, peço desculpas aos demais. Ele teve a idéia de criar o ecoturismo rural. Não sei se Vossa Excelência está lembrado, mas ficou muito entusiasmado. Por aí, podemos trilhar vários caminhos para solucionar esse problema.

O crescimento desordenado, mais uma vez como bem colocou o Vereador Guaraná, acontece por falta da presença do Estado, da burocracia para se licenciar um loteamento. Sabemos – eu mais ainda, que estive à frente da Subsecretaria de Meio Ambiente – que é preciso fazer Audiências Públicas, tem que tirar uma LP, tem que tirar um LI, uma LO, uma Licença de Operação, para você poder aprovar um loteamento.

Mas, eu acho que de hoje em diante, como nós estamos no estado hoje, o município, o estado e o governo federal juntos, tenho certeza de que algumas coisas vão ser mudadas em benefício de todo o Estado do Rio de Janeiro, principalmente da Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro.

Eu isso que eu queria colocar. Queria a compreensão de todos, porque é um problema que nós não devemos deixar, devemos dar solução a esse problema. Tenho certeza de que nós não vamos ter loteamento irregular, vamos ter um loteamento regular, e não vamos avançar na área agrícola, na área verde, que tanto necessita a nossa população, principalmente da Zona Oeste, para a gente viver bem e ter uma condição de vida boa. Era isso que eu queria passar. Agradeço, conto com todos vocês para que a gente possa avançar nesse projeto.

O Plano Diretor está de parabéns. Já veio até tarde, era para ter vindo um pouquinho antes.

Muito obrigado a todos pela atenção. É isso que eu queria expor.

O SR. PRESIDENTE (JEROMINHO) – Cláudio Barata, a Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura o convida para que você possa ter uma participação forte conosco, porque eu sei da sua experiência como Subsecretário do Meio Ambiente, e pessoa interessada que você é na Zona Oeste. Sabemos da dificuldade que o produtor tem também, e você faz questão de ressaltar isso com muita veemência. Eu convido, vamos fazer uma Audiência lá. Gostaria da sua presença, gostaria da sua participação, das suas idéias, dos seus projetos para que a gente possa fazer um bom trabalho do Plano Diretor nessa situação do produtor rural.

O SR. CLÁUDIO BARATA – Com certeza! Eu agradeço, já estou me colocando à disposição, inclusive como o espaço, se V. Exa. me permitir que eu indique o espaço lá... Aguardamos um telefonema para que a gente possa marcar a data, hora e local...

O SR. PRESIDENTE (JEROMINHO) – Está autorizado! A data, é só ligar para cá para a Comissão, tanto para o Vereador Nadinho de Rio das Pedras, como para o Átila Nunes Neto. Vamos passar uma data para que possamos ir a Campo Grande, atendendo à idéia do Vereador Átila Nunes Neto de que devemos ir aos locais. Vereadores Prof. Célio Lupparelli, Guaraná, Silvia Pontes... Vamos escolher os locais para que a gente possa dar uma base boa para o Plano Diretor da Cidade.

Muito obrigado!

O SR. CLÁUDIO BARATA – Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (JEROMINHO) – Vamos dar a palavra agora à Maria Célia, representante da ONG Caatiba, de Bangu.

A SRA. MARIA CÉLIA – Bom dia a todos!

Fico um pouquinho triste porque não vejo o Plenário com mais gente, com mais Vereadores. Que pena! Nós estamos com as representações da antiga Zona Rural, hoje Zona Oeste, Mendanha, Maciço da Pedra Branca e Baixada de Santa Cruz, que se fazem representar aqui. Quer dizer, a região rural antiga do Rio de Janeiro toda está aqui presente com seus representantes. E eu quero sugerir Moacir Bastos, onde há um auditório muito bom, para discussão local do Plano Diretor da Cidade, e de preferência, que o Sr. Cláudio e o Vereador Jerominho escolham...

O SR. VEREADOR GUARANÁ – Uma pequena interrupção só para esclarecer. O Plenário pode não estar muito cheio, mas certamente a TV Câmara vai transmitir. Certamente muita gente vai ver e se sentirá motivada a participar.

A SRA. MARIA CÉLIA – Muito obrigada, Vereador Guaraná.

Por falar em Vereador, nós temos aqui o apoio da Vereadora Aspásia Camargo, do Vereador Rubens Andrade, da Vereadora Andrea Gouvêa Vieira. Esperamos sensibilizar pelo menos a maioria deles.

Estou com o documento do Sindicato Rural aqui, é claro que eu não vou ler, porque o Presidente falou aqui agora, Dr. Cláudio.

Então, eu vou declarar o seguinte: o que nós queremos é que seja reconhecida oficialmente, e está aqui um representante da Prefeitura do Rio, a inclusão no Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro da produção rural, que significa agricultura, pequena pecuária, pesca e a produção de plantas ornamentais, porque nós temos aqui um grande produtor e exportador de plantas ornamentais em Guaratiba, que é o Horto das Palmeiras. Há outros, mas não vou fazer propaganda.

O que nós queremos é o reconhecimento oficial dessa produção rural, agricultura, pequena pecuária e pesca e o abastecimento dentro do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, e que o Sr. Prefeito, por favor, por gentileza, por um direito do cidadão, crie uma Secretaria específica, porque nós temos uma representatividade muito grande, como registra aqui o documento do Sindicato Rural.

Há um mapa do Rio de Janeiro de 1990 na Sala Inglesa especificando as áreas rurais, que, aliás, já diminuiram bastante. Queremos esse reconhecimento em apoio à preservação do verde, como disse ontem muito sabiamente o Secretário Estadual de Meio Ambiente Carlos Minc. Temos que preservar o verde, mas temos que preservar, também, o ser humano que auxilia a preservação do verde, que são as pessoas antigas, remanescentes dos produtores rurais da Serra do Mendanha, do Maciço da Pedra Branca, da Baixada de Santa Cruz, terra rica em turfa área vulcânica produtora de excelente coco, como lembrou o Dr. Cláudio Baratta, do coco da Bahia, do coco anão. Área produtora também de aipim, até exporta aipim, o Rio de Janeiro exporta aipim, já foi exportador de chuchu na Baixada do Guandu do Sena.

Portanto, Srs. Vereadores e Sr. Prefeito, que seja reconhecido no Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro e que seja criada uma Secretaria específica em apoio a preservação do ambiente. Não é um agricultura competitiva como Goiás, Mato Grosso, não; é uma agricultura de fornecimento de alimentos orgânicos em especial, para a população comunitária do entorno dessas áreas produtoras, e especialmente em apoio a preservação das áreas verdes, das fontes de água doce e praias pesqueiras como Barrinha, Grumari, Pedra de Guaratiba, Sepetiba e até Copacabana, porque há os pescadores de Copacabana, por incrível que pareça eles existem, e também a colônia da Ilha do Governador.

Esse é o nosso apelo caloroso e emocional ao Sr. Prefeito e aos Srs. Vereadores.

Espero a presença de todos no grande encontro da Moacir Bastos ainda em abril.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (JEROMINHO) – O Vereador Prof. Célio Lupparelli quer fazer um registro.

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI – Nós estamos encaminhando hoje à Mesa Diretora, à equipe que coordena o nosso Plano Diretor, uma solicitação de Audiência Pública para o dia 19 de abril, às 18 horas em Jacarepaguá. Portanto, aquilo que o nobre Vereador Átila Nunes Neto propôs é a iniciativa que nós já estamos tomando na data de hoje.

O SR. PRESIDENTE (JEROMINHO) – É uma reunião para os componentes do Plano Diretor.

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (JEROMINHO) – A Sra. Nena Düppré, assessora da nobre Vereadora Aspásia Camargo está presente? Com a palavra a Sra. Nena Düppré.

A SRA. NENA DÜPPRÉ – Bom tarde a todos. Sou Nena Düppré, assessora da nobre Vereadora Aspásia Camargo, mas falo em meu nome, como membro da Executiva Estadual e Municipal do Partido Verde.

Acompanho há muito tempo essa luta da Maria Célia pela preservação do cinturão verde no Rio de Janeiro, e acho muito importante que esse cinturão permaneça. O avanço das construções civis, nas áreas verdes do Rio, tem sido muito pernicioso. Gostaria de dar o meu apoio e o da Vereadora Aspásia Camargo à luta desses agricultores, que cada vez mais perdem as suas áreas.

O gabinete está à disposição de vocês. Como vocês sabem é importante essa agricultura sem agrotóxicos. Eles fizeram uma pequena exposição ali dos produtos, eu convido a todos a verem. E vamos fazer uma indicação pela Secretaria de Agricultura, conforme é o desejo desses produtores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (JEROMINHO) – Muito obrigado.
Com a palavra agora a Sra. Rosirene Carneiro.

A SRA. ROSIRENE CARNEIRO – Bom dia a todos. Sou Rosirene Carneiro. Irene daquela música, vocês se lembram?

Gente, a questão é maravilhosa: agricultura. O nosso país é agrícola e, com certeza, se os nossos representantes tomarem uma atitude enérgica, o nosso povo enriquecerá através da agricultura, num piscar de olhos. Mas o sistema não deixa, o sistema não quer. É uma pena, porque é uma terra fértil, maravilhosa.

A Célia está de parabéns com a exposição. Há muita coisa ainda para falar, não é Célia? Somos humildes na nossa luta. Acorda Brasil! Acorda Rio de Janeiro! Acorda povo carioca, antes que seja tarde demais! O nosso povo está passando fome, gente! E nós temos uma terra maravilhosa!

Outro dia, eu joguei uma semente de mamão num cantinho de concreto entre a Escola Celestino da Silva e o hotel que fica ao lado. Fiquei observando durante 20 dias. Brotou entre o concreto um pezinho de mamão, e mamão havaí, aquele pequenino, que e a coqueluche dos mais abastardos. Aquele grande também é gostoso, o mamão formosa.

É isso aí, gente! Vamos fazer alguma coisa. Abre esse canal, abre para a TV Câmara, para que todos possam nos ouvir. Não importa que estejamos aqui só eu, a assessora da Vereadora Aspásia Camargo, a Célia e outros cujos nomes não conheço. O importante é que possam assistir à TV Câmara em casa, mesmo fazendo o feijão e o arroz, mas estão lá de olho, ouvindo o que a Rosirene, a Célia e a Nena estão falando. O Vereador Dr. Jairinho também está lá presente dando o apoio à população.

Vou repetir: vamos deixar essas divergências lá no mármore do inferno e vamos cuidar da nossa cidade, do nosso país, do nosso povo, em nome daquela força poderosa que nós chamamos Deus.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (JEROMINHO) – Muito obrigado.

Senhor Keniti Miryata, da Colônia Agrícola Japonesa, de Santa Cruz.

O SR. KENITI MIRYATA – Excelentíssimo Sr. Presidente, Srs. Vereadores, minhas senhoras e meus senhores, estou aqui representando a Colônia Agrícola de Santa Cruz.

Depois das palavras do Cláudio Barata e da Maria Célia, restou muito pouco para eu falar. Mas eu gostaria de levar ao conhecimento de todos o que representa a agricultura.

A agricultura é um trabalho árduo e demorado. Para se ter uma idéia, para aprimorar a qualidade da água de coco que nós saboreamos nas praias, não é um trabalho de um mês, nem de um ano. Um coqueiro anão precoce para começar a produzir leva aproximadamente cinco anos. E para saber se a árvore daquele coqueiro é uma árvore sadia, de boa produtividade, de bom sabor - porque cada coqueiro produz um coco de sabor diferente: um é mais ácido, outro é mais doce, outro dá um coco que produz mais água, outros cocos são enormes mas o miolo é pequeno, e quase não tem água; então, para conhecer um coqueiro é preciso observar, a partir da produção, por pelo menos cinco anos. Lá no oitavo, nono, décimo ano, o agricultor diz: “Esse coqueiro aqui é muito interessante; produz uma boa água; o coco é bonito; o cacho é volumoso; produz, em média, 100 cocos por ano”. Aí é que ele começa a tirar a semente. E aquela semente, para começar a produzir, depois desses 10 anos, vai levar mais cinco anos, para se saber se aquelas sementes estão reproduzindo a qualidade daquela árvore manter, se realmente mantém o sabor ou se, por uma questão de mutação genética, as qualidades da árvore *mater* só ficaram naquela árvore, e os filhos já não são tão bons.

Então, é um trabalho muito demorado.

Existe um agricultor em Santa Cruz que resolvi pesquisar abacaxi. Ele começou a trazer mudas da Paraíba, de Campos, de Tocantins, de vários lugares. Ele plantou vários pés de abacaxi. Só que o abacaxi só produz um fruto por ano. Depois de produzir um fruto, aquele pé é arrancado e se planta uma nova muda. Mas para saber se aquele abacaxi é ácido, se é doce, se dá volume, precisa esperar um ano e meio. E, depois de um ano e meio, como se dá um fruto, não pode ser vendido. Então, o agricultor vai lá, corta, observa a parte interna, mede o peso, o tamanho e depois o sabor. E depois diz: “Não. Esse abacaxi é muito ácido. Esse que veio da Paraíba é muito bom. Esse que veio de Campos é mais

ou menos”. Então, ele vai eliminando as plantas de má qualidade e fazendo uma seleção das melhores. Ele faz um novo plantio. No segundo ano, também não vende, para provar todos os frutos. Assim, ele vai melhorando geneticamente. Só que isso, às vezes, leva 10 anos. Por isso, nos países do Primeiro Mundo, fala-se muito em subsídios. O governo subsidia o agricultor, porque ele precisa de uma verba para pesquisa.

Vergonhosamente, nós, aqui, no Brasil, recebemos verbas - não é a fundo perdido, não, é doação! - do governo japonês, para os agricultores que querem fazer algumas pesquisas. “Ah, querido pesquisar pupunha”. Então, através da Jaica, eles todos os anos mandam um determinado valor e pedem um relatório. “Quero pesquisar goiaba”. Eles mandam uma verba para aquele agricultor que quer fazer pesquisa sobre goiaba.

E aqui no Brasil? Nós estamos andando pela contramão. Por quê? Porque, simplesmente, há um desconhecimento do que representa a agricultura.

Hoje, o Brasil investe através da Embrapa, que é um excelente órgão, mas existem outras pesquisas, uma delas é pesquisa muito barata, que é a do próprio agricultor.

Ninguém pesquisou o quiabo, mas existe uma variedade, hoje, dominante no Brasil, um quiabo delicioso, sem espinho, altamente produtivo, chama-se “quiabo Santa Cruz”, que foi desenvolvido em Santa Cruz.

Existe uma variedade de aipim chamada Saracura ou Vassourinha, que foi amplamente desenvolvida e pesquisada em Santa Cruz, considerado o melhor aipim do Brasil. Cláudio reconhece e está aí para confirmar.

E, eu, pessoalmente, como viajo muito - só no ano passado viajei mais de 50 mil quilômetros de carro pelo Brasil -, em todo os lugares em que passo, eu pergunto: “Tem aipim?” E ao responderem sim, eu digo que quero um aipim frito, um aipim cozido. “Tem coco?” Se a resposta é positiva, digo: “Quero provar o coco”.

Olha, eu não conheci, ainda, aipim melhor do que o de Santa Cruz. Não é questão de variedade, é questão de solo.

Cocos, em raríssimos lugares encontrei cocos com sabor igual ou até melhor do que o de Santa Cruz, mas, em média, mais de 90% são cocos ácidos, não têm sabor. O coco de Santa Cruz tem sabor. E agora, eles estão partindo para aprimorar este sabor; mas leva 15 anos, leva 20 anos para chegar a uma - não é nem a uma conclusão - média. E eu acho que esse coco é bom, porque daí para a frente ainda se leva muito tempo de pesquisa.

Então, o que eu queria trazer ao conhecimento é que existe agricultura em Santa Cruz, aqui no Rio de Janeiro, e tal fato é desconhecido.

Quando o Luiz Paulo Conde esteve lá, ele colocou a mão na cabeça e falou: “Eu jamais imaginei que isso poderia existir no Rio de Janeiro”. Aquela vasta plantação de aipim, de coco. E ele chegou a doar 92 mil mudas de coco para serem plantadas na Baixada, aqui, do Rio de Janeiro.

Mas, a agricultura está morrendo! Está morrendo, até mesmo por falta de conhecimento dos próprios políticos sobre o que trata a agricultura.

Hoje, se o agricultor em Santa Cruz for ao Banco do Brasil - ele tem bens, tem tratores, tem terras - mas se for pedir um financiamento, um empréstimo para a agricultura, o Banco do Brasil vai olhar e dizer: “Não, não, nós não temos verbas para a agricultura aqui no Rio de Janeiro”. Porque não reconhecida a

existência de agricultura no Rio de Janeiro. A gente conhece. Consegue-se em São Paulo, em Mato Grosso, em Tocantins, Pará, mas no Rio de Janeiro, não há verba. A agricultura é desconsiderada.

Outro problema. Existia na estrada de acesso a todos os agricultores em Santa Cruz - não existe mais! Nas estradas oficiais não passa nem trator, quanto mais caminhão para ir lá buscar mercadoria. Então, alguns agricultores fizeram caminhos próprios, passando por cima de um dique, de um canal, para escoar sua mercadoria. A estrada de São Fernandes, a estrada de ligação, está completamente destruída, não passa nem trator. Não há nem condição de passar a pé. Os canais estão poluídos, construíram conjuntos habitacionais dentro da área agrícola. Isso é um problema tão sério que não podemos nem imaginar.

Primeiro, poluição ambiental. Nesses conjuntos moram pessoas carentes; então, jogam lixo para tudo que é lado. O esgoto é jogado nos canais, não temos mais água para irrigação. Acabou. A água está preta, virou valão negro, quando antes se tratava de um valão de águas límpidas, onde as pessoas pescavam, tomavam banho e tiravam água para agricultura. Hoje é um valão negro. Por quê? Porque construíram conjuntos habitacionais, jogando o esgoto sanitário nesses canais. E, em função disso, enriquecem de adubo e as vegetações crescem dentro dos valões, impedindo o escoamento das águas nas épocas de grande índice pluviométrico; e aí acontecem as enchentes. Este ano, mais de 50% da produção de aipim de Santa Cruz foram perdidos, porque aipim, se ficar mais de 12 horas debaixo d'água, fermenta e apodrece. Só fica o pé. É bonito, mas a gente vai lá tirar, a raiz virou lama e não se produz nada.

Acho que já me alonguei demais. Quero agradecer esta oportunidade de poder falar e lembrar que a agricultura existe no Rio de Janeiro. Não dá campanha política. Os políticos chegam lá, quando entram na área agrícola não sabem nem o que falar; eles vão embora. E também não dá voto, porque quase não tem gente nas áreas agrícolas. Nos conjuntos habitacionais que estão poluindo, eles chegam soltando morteiros, fazendo campanha. Saiu de lá, silencia; não dá voto. É só isso.

Muito obrigado e bom dia a todos.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JEROMINHO) - Senhor Miryata, gostaria de dizer que esse é um momento maravilhoso do Plano Diretor. O senhor deu uma aula sobre o seu trabalho. Conheço, superficialmente, porque passo sempre ali naquelas lavouras. O aipim é o melhor, eu compro na estrada. O coco é o mais doce, sendo servido para todo o nosso Estado. Quero dizer ao senhor que esse é um momento oportuno. Os Vereadores têm uma série de segmentos a atender, para estudar. Eu sou da sua região e temos uma Comissão nas mãos. Eu presido uma Comissão aqui que é a Comissão Permanente de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura. Assim como fiz o convite ao Cláudio Barata, gostaria de dizer para o senhor também, com todo o conhecimento que o senhor tem, que vamos lutar por esses subsídios que possam trazer maiores benefícios ao agricultor. O Rio de Janeiro precisa mesmo ter. Convivemos com a fome à nossa frente. Se tiver uma boa agricultura, se tiver um bom trabalho, vão se criar mais trabalhadores. Que os brasileiros possam conhecer melhor a lavoura. Como o

senhor trouxe de outro país seus conhecimentos, que a gente possa dar subsídios também. Vamos lutar juntos, me ajuda a inserir nesse Plano Diretor aquilo que for necessário para ampliar mais todo esse trabalho maravilhoso que o senhor faz.

Muito obrigado pela sua aula.

Vamos encerrar, mas antes gostaria de dizer que na última reunião aqui o Vereador Dr. Jairinho presidia a Sessão do Plano Diretor, começou uma Sessão onde todos nós participamos e vimos aqui um grupo que se preocupava em vaiar, tumultuar a Sessão. Eu não entendi o motivo, porque estávamos começando uma Sessão e essa questão que estamos tratando hoje aqui, de Abastecimento Comércio e Indústria, já estava definida, assim como todas as Comissões Permanentes da Câmara, onde iriam fazer uma reunião para que a população pudesse participar e trazer luz ao que devemos fazer no Plano Diretor. Entretanto, houve um tumulto e algumas pessoas vaiando, pareciam grupos formados com essa intenção, gritando que queriam participar, participar, participar. E quando o Vereador Dr. Jairinho, Presidente da Comissão Permanente, disse que já estava tudo definido e que cada Comissão Permanente iria tratar dos assuntos, foram feitos os convites, chamados várias pessoas e só vocês, guerreiros aqui presentes, permaneceram até agora. Poucos guerreiros, mas eficazes. O Vereador Prof. Célio Lupporelli falou aqui de como a educação é importante, e só tinham 10 pessoas. Deveriam todos estar interessados em comparecer, e haviam apenas 10 pessoas.

Hoje temos aqui um pouco mais de 10, 11, 12 pessoas, e as Comissões Permanentes estão realizando o trabalho para absorver da população, das pessoas interessadas tudo aquilo que for importante para o Plano Diretor. Quero deixar claro que a nossa Comissão de Abastecimento, Indústria Comércio e Agricultura, os Vereadores aqui presentes estão abertos a qualquer diálogo, a qualquer idéia, projeto, aquilo que for importante, for necessário para que a gente tenha uma vida melhor em nossa cidade. Podem me procurar em meu gabinete, o Vereador Átila Nunes Neto, a Vereadora Silvia Pontes, o Prof. Célio Lupporelli, o Vereador Nadinho de Rio das Pedras, o Vereador Guaraná, podem procurar a Comissão de Abastecimento, Indústria Comércio e Agricultura, para juntos tentarmos realizar aquilo que for importante para o nosso município. Estamos abertos a qualquer diálogo. Não tenho conhecimento de tudo, mas sou observador, gosto de aprender e gostaria que vocês me ajudassem, meus companheiros, nessa feitura do Plano Diretor da Cidade, para que possamos fazer um grande trabalho juntos, se vocês não quiserem vir, que coloquem na Internet os planos, os objetivos. O senhor Keniti Miryata esteve aqui e fez uma explanação do coco, do aipim. Gostei. Falou dos subsídios. Daqui a pouco vamos comer em casa ou no restaurante e queremos um produto de boa qualidade. O homem do campo é que realiza todo esse trabalho. Então, é importantíssima a presença aqui do Presidente do Sindicato, dos produtores rurais e de todos vocês que tiveram alguma participação. Estou ao inteiro dispor de vocês, como a nossa Comissão de Abastecimento, Indústria Comércio e Agricultura.

Agradecendo a presença de todos, das autoridades que abrilhantaram a nossa Audiência Pública, queremos aqui notificar a presença do nobre Vereador Márcio Pacheco e dou por encerrada a Audiência Pública.

O SR. PRESIDENTE (JEROMINHO) – Agradecemos a presença de todos, das autoridades que abrilhantaram nossa Audiência Pública.

Queremos notificar no encerramento a presença do nobre Vereador Márcio Pacheco.

Está encerrada a Audiência Pública. Muito obrigado.

(Encerra-se a Audiência Pública às 12h20)

RELAÇÃO DOS PRESENTES

Juvenal de Andrade (Produtor Rural), Claudio Barata (Pres. do Sindicato Rural do Município do RJ), Nena Düppré (Ass. Vereadora Aspásia Camargo), Primavera Moura (Ass. Deputado Federal Edson Santos), Flávio Lazaro (Gab. Vereadora Aspásia Camargo), Dennis Rodrigues da Silva, Sidney Dias Meneses, Rodrigo Federico (ONG Caatyba), Jorgelino de Matos Ribeiro (Ass. dos Agricultores de Jacarepaguá), Renato Moura de Oliveira, Leticia Hazan (Ass. Ver. Rubens Andrade), Helena Lustosa (Ass. Dep. Federal Edson Santos), Eliana Junqueira (Inst. Qualivida – Ass. Ver. Prof. Célio Lupporelli), Fábio Guimarães (Prefeitura do RJ), Patricia Carvalho (Gab. Vereadora Andrea Gouvêa Vieira), Adriano Bruno Tavares (Ass. de Moradores do Morgado – Amama – Sind Rural do Município do RJ), Maria Celia (ONG Caatyba – Bangu), Gleizer Rocha (Ceg e Ceg Rio), Roselene de Souza Carneira, Keniti Miryata (Colônia Agrícola Japonesa de Santa Cruz), Eduardo Henrique Magalhães, Albuquerque (UFRJ), Fábio Sanches (Ass. Ver. Prof. Célio Lupporelli).